

ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: UM ESTUDO DE CASO

Bianca Zurchimitten^a, Isabela Damé^b, Juliana Tasca Tissot^c

Fábio Kellermann Schramm^d

^a Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil – bizurchimitten@gmail.com

^b Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil – isaddame2@gmail.com

^c Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil – julianattissot@gmail.com

^d Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil – fabioks@ufpel.edu.br

Resumo

Este trabalho aborda a temática da acessibilidade em bibliotecas universitárias, e apresenta um estudo de caso na Biblioteca do Campus Anglo da Universidade Federal de Pelotas -RS (UFPel). A pesquisa tem como proposição a avaliação do espaço físico e como metodologia combina etapas de (i) revisão sistemática da literatura, diagnóstico técnico *in loco* a partir de visita exploratória, (iii) e aplicação de *walkthrough* e entrevistas com usuários. O estudo ainda está em desenvolvimento, porém as etapas (i) e (ii) já foram desenvolvidas. Até o presente momento, foram identificadas barreiras físicas, informacionais e atitudinais. Os resultados parciais já demonstram a escassez de estudos específicos sobre o tema, mesmo diante da relevância da inclusão no ambiente acadêmico. A proposta final visa a requalificação do espaço com base na escuta ativa dos usuários, para contribuir com a formação crítica de estudantes e para a construção e aperfeiçoamento de políticas institucionais mais inclusivas.

Palavras-chave: Acessibilidade; Bibliotecas Universitárias; Desenho Universal; Inclusão; Arquitetura.

1. Introdução

As bibliotecas universitárias são espaços de encontro e produção de conhecimento, mas para cumprirem plenamente esse papel precisam dialogar com as necessidades reais de seus usuários. A ergonomia do ambiente construído (Vidal, 2010), não se limita apenas a adequações técnicas, mas também busca criar condições de conforto, segurança e eficiência nas interações cotidianas, além de reconhecer que a qualidade espacial impacta diretamente na experiência de quem ocupa o lugar. Quando

esses aspectos são ignorados, surgem barreiras que comprometem a autonomia e a inclusão. É nesse sentido que a legislação brasileira, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), estabelece a acessibilidade como direito, ao mesmo tempo em que convoca as universidades a assumirem seu papel nesse processo. Como aponta Sasaki (2005), a inclusão exige uma mudança de paradigma, que envolve não apenas normas, mas também a concepção intencional de ambientes que favoreçam relações sociais mais equitativas. Diante disso, o presente trabalho busca avaliar a acessibilidade e a ergonomia da Biblioteca da Universidade Federal de Pelotas/RS – Campus Anglo, propondo melhorias que ampliem a qualidade de uso e consolidem a biblioteca como um ambiente verdadeiramente inclusivo.

2. Material e Métodos

A metodologia adotada compreendeu três etapas: (i) revisão sistemática da literatura, com foco nas temáticas de acessibilidade em bibliotecas universitárias e escolares; (ii) levantamento técnico do espaço, com registro de barreiras físicas e análise comparativa com parâmetros da NBR 9050; (iii) realização de *walkthrough* e entrevistas com usuários. Os dados foram organizados em diferentes categorias, conforme sua origem: os dados da revisão sistemática foram analisados por meio de análise documental, buscando identificar padrões e lacunas na literatura; os dados dos levantamentos técnicos serão tratados de forma a verificar se a biblioteca atende aos critérios definidos pelas tabelas de diagnóstico; e os dados das entrevistas e *walkthroughs* serão analisados qualitativamente, por meio de análise de conteúdo, contemplando as percepções dos usuários e demais aspectos relevantes.

Além disso, a estrutura metodológica adotada dialoga com os princípios da ergonomia do ambiente construído, e permitirá integrar a avaliação técnica com a percepção dos usuários, para que as futuras análises considerem não apenas aspectos normativos de acessibilidade, mas também a interação entre as pessoas e o espaço,

3. Resultados

A revisão sistemática da literatura revelou uma escassez de estudos voltados especificamente à acessibilidade em bibliotecas universitárias. No entanto, os trabalhos analisados apontam a predominância de abordagens voltadas à acessibilidade física, destacando a adequação de rampas, banheiros adaptados, mobiliário e sinalização conforme a NBR 9050 (Nicoletti, 2010; Costa, 2015). Em menor escala, alguns estudos discutem a acessibilidade informacional, como a disponibilização de materiais em formatos acessíveis, softwares leitores de tela e serviços de apoio ao usuário com deficiência (Pimentel et al., 2021). A acessibilidade atitudinal, por sua vez, aparece de forma ainda incipiente, muitas vezes relacionada à formação dos bibliotecários e à ausência de políticas institucionais para inclusão (Costa, 2015).

O levantamento in loco permitiu identificar diversos tipos de barreiras na biblioteca analisada. As barreiras físicas incluem desníveis, ausência de rota acessível até a entrada principal, mobiliário fixo que limita a circulação de cadeirantes e sanitários não adaptados. Esses aspectos vão além da falta de conformidade com a NBR 9050, pois revelam falhas ergonômicas no dimensionamento do espaço e no planejamento do espaço de atividade, conceito que considera a área mínima necessária para a realização confortável e segura das tarefas (Sarmiento; Villarouco, 2020). Entre as barreiras informacionais, destacam-se a inexistência de sinalização em braile ou tátil, bem como a ausência de equipamentos de tecnologia assistiva e materiais em formatos acessíveis. Tais condições relacionam-se à ergonomia cognitiva, uma vez que afetam a percepção e a orientação espacial dos usuários. Conforme Rangel (2011), a clareza das informações e a legibilidade do ambiente são fatores determinantes para a autonomia e a apropriação segura do espaço. Quanto às barreiras atitudinais, os estudos consultados destacam que, mesmo quando não são explicitamente observadas, elas se manifestam na ausência de políticas institucionais, de formação adequada dos profissionais e de ações voltadas ao acolhimento de pessoas com deficiência nas bibliotecas.

A aplicação do *walkthrough*, inspirada na metodologia participativa de avaliação ambiental proposta por Rheingantz et al. (2009), será realizada em etapa posterior à autorização do Comitê de Ética. Essa etapa permitirá aprofundar a escuta direta dos

usuários com deficiência, contribuindo para identificar barreiras percebidas que podem não ser evidentes em uma análise técnica. Os dados obtidos serão então comparados com os critérios das tabelas de diagnóstico aplicadas no levantamento técnico, subsidiando uma proposta de requalificação arquitetônica baseada no Desenho Universal.

4. Conclusões

O estudo evidencia a urgência de transformar bibliotecas universitárias em espaços verdadeiramente acessíveis e ergonômicos para todos, considerando não apenas as normas técnicas, mas também a experiência dos usuários. A proposta apresentada, ainda em desenvolvimento, reforça o papel das universidades na promoção da inclusão e destaca a importância da integração entre ensino, pesquisa e extensão na formação de profissionais conscientes e comprometidos com a diversidade e a equidade. Essa requalificação alinha-se aos princípios do desenho universal, promovidos pela Organização das Nações Unidas (2006), e ressalta a acessibilidade como um direito humano fundamental. Espera-se que, ao final deste trabalho, a Biblioteca da Universidade Federal de Pelotas – Campus Anglo – incorpore melhorias que possibilitem um uso mais qualificado do espaço, consolidando-se como um ambiente construído com garantia de acessibilidade e ergonomia para todos os seus usuários.

Referências bibliográficas

- ABNT. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015.

COSTA, C. **Acessibilidade em bibliotecas universitárias**. Revista da Inclusão, v. 8, n. 2, p. 55-66, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: ONU, 2006.

RANGEL, Mariana Moreira. **Cor e ergonomia do ambiente construído: uma investigação da orientação espacial em um ambiente hospitalar**. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

RHEINGANTZ, P. A. et al. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2009.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: o paradigma do século 21**. Revista da Educação Especial, Brasília, v. 1, n.1, p. 19-23, 2005.

SOARES, L. S. **Ergonomia do ambiente construído: a falta de ergonomia na concepção dos ambientes – uma revisão sistemática**. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2014.

VILLAROUCO, V. **Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído – MEAC**. In: FREITAS, S.; VILLAROUCO, V. Bibliotecas da UFPE sob o olhar da ergonomia do ambiente construído: critérios para um projeto adequado. 2011.